

[Por Ser Menina: Crescendo entre Direitos e Violências - Brasil](#)

A pesquisa “Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências” foi realizada pela Plan International em 5 estados do Brasil, escolhidos pela representatividade em suas respectivas regiões. Foram ouvidas 1771 meninas com idades entre 6 e 14 anos. A pesquisa faz parte da campanha de mesmo nome que tem como objetivo promover a igualdade entre meninos e meninas através da educação.

Acesse em PDF: [Por Ser Menina: Crescendo entre Direitos e Violências - Brasil](#)

[Dossiê Mulher 2015 - Rio de Janeiro](#)

Em 2015 o Dossiê Mulher, elaborado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), chegou à décima edição mostrando que grande parte dos delitos cometidos contra as mulheres no Estado do Rio de Janeiro ainda ocorre no espaço doméstico ou no ambiente familiar.

A publicação anual nesta edição traz onze delitos selecionados para análise, baseados na gravidade dos crimes e ainda com referência aos tipos de violência abarcados pela Lei Maria da Penha, divididos em cinco seções: violência sexual, violência física, violência psicológica, violência moral e violência patrimonial.

Acesse em PDF: [Dossiê Mulher 2015](#)

[Acesse a série histórica](#)

[3 em cada 5 mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos, aponta pesquisa](#)

(Luciana Araújo / Agência Patrícia Galvão, 03/12/2014) *Jovens percebem o machismo arraigado na sociedade, mas reproduzem ações e valores que reiteram as desigualdades de gênero e a violência doméstica contra a mulher.*

Pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular mostra altos índices de

naturalização da violência nos relacionamentos e uso do espaço virtual como ferramenta de controle entre os jovens. Para os entrevistados, a violência é mais associada a agressões físicas. Embora apenas 8% das mulheres admitam espontaneamente já terem sofrido violência do parceiro e só 4% dos rapazes reconheçam que já tiveram atitudes violentas contra parceiras, diante de exemplos de atos agressivos 55% dos homens declararam ter realizado tais práticas e 66% das mulheres afirmaram ter sido alvo de alguma das ações citadas no questionário por parte do parceiro. “Eles têm as respostas consideradas politicamente corretas na ponta da língua, mas a percepção do machismo não impede a reprodução de tais práticas”, destaca a diretora de pesquisas do Instituto Data Popular, Maíra Saruê, responsável pelo estudo, [cuja íntegra pode ser acessada aqui](#).



Percepção espontânea da violência (Fonte: Pesquisa “Violência contra a mulher: o jovem está ligado?” Data Popular/Instituto Avon)



Percepção da violência mediante apresentação de exemplos (Fonte: Pesquisa “Violência contra a mulher: o jovem está ligado?” Data Popular/Instituto Avon)

Um terço das mulheres já foi xingada ou impedida de usar determinada roupa, 40% declaram

que o parceiro tentou controlá-las por meio de ligações telefônicas para saber onde e com quem estavam, e 53% das jovens já tiveram mensagens ou ligações no celular vasculhadas. Uma em cada três jovens também já foi proibida de conversar virtualmente com amigos, sofreu invasão da conta de alguma das redes sociais utilizadas e até mesmo amizades virtuais foram excluídas pelo parceiro.

Entre as mulheres, 51% também declaram compartilhar a senha do celular, 46% fazem o mesmo com a chave de acesso às contas de Facebook e 34% já repassaram os caracteres de identificação de seus e-mails pessoais em um relacionamento.

Leia também:

[Pesquisa mostra que 66% das mulheres foram vítimas de algum tipo de violência](#)
[Jornalista que teve fotos íntimas vazadas na web cria ONG para apoiar vítimas do problema](#)
[Naturalização dos abusos reflete machismo, afirmam especialistas sobre pesquisa Avon](#)

37% das jovens que responderam à pesquisa também afirmam ter tido relação sexual sem preservativo por insistência do parceiro, o que ajuda a explicar o crescimento da contaminação pelo HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis entre jovens.

O fim da relação também é um momento crítico para as mulheres jovens. 51% já sofreram ameaças, foram seguidas pelo ex, ou este ficou enviando mensagens ou ainda espalhando boatos sobre a mulher. Quase metade das entrevistas declararam que tiveram que tomar alguma atitude para cortar contato com o ex, incluindo deixar de frequentar lugares onde iam regularmente, mudar o número do celular, parar de usar redes sociais e até mesmo mudar de telefone residencial ou endereço ou local de trabalho. Apenas 2% declaram ter registrado boletim de ocorrência.

A web como espaço para relacionamento, sexo e pornografia de vingança

A internet é vista pelos jovens como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de relacionamentos, inclusive experiências sexuais. Mais de 40% dos entrevistados já se relacionaram afetivamente com alguém que conheceu via web, e muitos já praticaram sexo virtual. Mas além de ser um espaço de aproximação, o ambiente virtual pode facilmente se converter em ferramenta para chantagens, ameaça ou invasão da privacidade com intenção de humilhar a vítima, especialmente contra as mulheres jovens. Os dados do levantamento evidenciam o quanto essa prática tem se disseminado entre jovens. 28% dos homens ouvidos no estudo afirmam ter repassado imagens de mulheres nuas aparentemente produzidas sem autorização que receberam pelo celular, sejam elas fotos ou vídeos.

Integridade das mulheres segue ameaçada no espaço público

Passados mais de um século da luta pela emancipação das mulheres, o direito das mulheres ao espaço público continua sendo fortemente violado. 78% das entrevistadas já sofreram algum tipo de assédio nas ruas das cidades, em festas ou no transporte coletivo. Em 68% dos casos, as jovens declararam já ter recebido uma cantada que consideraram ofensiva, violenta ou desrespeitosa e 44% foram assediadas ou tiveram o corpo tocado em uma festa ou balada. Por seu lado, 24% dos homens admitem já terem feito cantadas que podem ser consideradas ofensivas, assediado mulheres em festas ou no transporte público, terem se aproveitado do fato de uma mulher estar alcoolizada para abordá-la ou tentar fazer fotos ou vídeos sem autorização.

Reprodução do ciclo da violência

Conforme já verificado em diversos estudos, a violência doméstica tem como um de seus efeitos a perpetuação de uma cultura de agressividade. De acordo com a pesquisa, 43% dos jovens presenciaram a mãe ser agredida por um parceiro masculino. E entre os que admitem ter praticado alguma forma de violência contra parceiras, 64% estavam no grupo de quem assistiu cenas de violência doméstica em casa. Já entre os que nunca presenciaram tais práticas, 47% admitem ter praticado ações agressivas.

Uma juventude com valores conservadores



O diretor do Data Popular, Renato Meirelles, apresenta a pesquisa. (crédito: Luciana Araújo)

Embora 96% dos jovens aprovem a Lei Maria da Penha e percebam a existência do machismo no país, muitos parecem não se dar conta que reproduzem práticas sexistas e conservadoras. 68% consideram incorreto que uma mulher tenha relações sexuais no primeiro encontro e 48% avaliam que é errado a mulher sair com amigos, não importando o sexo, sem o namorado, marido ou ficante sério. Para 51% dos entrevistados a mulher deve ter a primeira relação sexual com um namorado sério e 38% avaliam que se a mulher tem relações sexuais com muitos homens não serve para namorar. Em relação ao vestuário feminino os dados se aproximam do que foi verificado na pesquisa divulgada pelo IPEA no ano passado: 1 em cada 4 jovens que participaram da pesquisa concordam que mulheres que usam decote e saia curta estão se oferecendo aos homens.

Todas as ações citadas na pesquisa são passíveis de enquadramento na Lei 11.340/2006. Para a secretária de enfrentamento à violência contra a mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Aparecida Gonçalves, os dados “são muito importantes porque dão visibilidade a uma violência que acontece nas redes sociais por meio virtual. E se a violência doméstica contra a mulher, pelo fato de ocorrer na maioria das vezes entre quatro paredes, já é muito invisibilizada, essas práticas no meio virtual são ainda mais. A pesquisa também traz um novo elemento para a discussão, principalmente nos serviços especializados, sobre a importância de como proceder à investigação desses crimes, para que efetivamente sejam enquadrados na Lei Maria da Penha. Precisamos qualificar a discussão sobre os crimes na internet na formulação das políticas públicas, nas delegacias, no Ministério Público, no Judiciário e em todos os órgãos

que discutem e atuam contra a violência doméstica, para garantir a investigação e a punição”.

A pesquisa

O levantamento foi realizado pelo Instituto Data Popular em parceria com o Instituto Avon por meio de plataforma online de autopreenchimento, entre os dias 8 e 13 de novembro. 2046 jovens de 16 a 24 anos responderam ao questionário. A amostra é nacional, contemplando as cinco regiões do país, e a margem de erro é de dois pontos percentuais.

Os dados foram apresentados na manhã desta quarta-feira (3) durante o Fórum Fale sem Medo, promovido com a participação de especialistas, pesquisadoras, operadores do Direito, ativistas que atuam em defesa dos direitos das mulheres e representantes empresariais. A atividade fez parte das ações da empresa nos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

Dossiê Mulher 2014 - Rio de Janeiro

Os dados da nona versão do Dossiê Mulher, que consolida os dados sobre a violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro com base nas ocorrências registradas nas delegacias policiais fluminenses, traz como inovação a análise oito novos títulos: “Tentativa de Estupro”, “Dano”, “Violação de Domicílio”, “Supressão de Documento”, “Constrangimento Ilegal”, “Calúnia”, “Difamação” e “Injúria”. Com esses dados consolidados, é possível ter um panorama mais amplo da violência contra a mulher conforme tipificação prevista na Lei Maria da Penha: física, sexual, patrimonial, moral e psicológica.

A iniciativa do Instituto de Segurança Pública teve início em 2005.

Acesse o PDF: [Dossiê Mulher 2014](#)

[Acesse a série histórica.](#)

Pesquisa Ipea revela percepções sobre a violência contra a mulher

[Ipea corrige: 70% discordam que “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”](#)

(Portal IPEA) Realizada entre maio e junho de 2013, uma nova rodada da pesquisa SIPS/Ipea (Sistema de Indicadores de Percepção Social) divulgada nesta quinta-feira, 27, revelou que

91% dos brasileiros defendem, totalmente ou parcialmente, a prisão para homens que batem em suas companheiras. A tendência em concordar com punição severa para a violência doméstica ultrapassa as fronteiras sociais, com pouca variação segundo região, sexo, raça, idade, religião, renda, ou educação: “78% dos 3.810 entrevistados concordaram totalmente com a prisão para maridos que batem em suas esposas”, afirma o documento.

No entanto, esses dados não permitem pressupor um alto grau de intolerância da sociedade brasileira à violência contra a mulher. Quase três quintos dos entrevistados, 58%, responderam que “se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros”. Quando a questão é se “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”, 63% concordaram, total ou parcialmente. Da mesma forma, 89% dos entrevistados concordaram que “a roupa suja deve ser lavada em casa”; e 82% que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

De acordo com os autores do estudo, as percepções manifestadas indicam que a população ainda “adere majoritariamente a uma visão de família nuclear patriarcal, ainda que sob uma versão moderna”. Assim, “embora o homem seja ainda percebido como o chefe da família, seus direitos sobre a mulher não são irrestritos, e excluem as formas mais abertas e extremas de violência”.

Rafael Osorio, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, explicou que outras formas de violência estão sendo percebidas pela população. “Existe atualmente uma rejeição da violência física e simbólica – xingamentos, tortura psicológica –, no entanto, 42% das pessoas acreditam que a mulher é culpada pela violência sexual”, afirmou. Outro fator que chama a atenção são os casos de estupro dentro do casamento. “27% das pessoas concordam que a mulher deve ceder aos desejos do marido mesmo sem estar com desejo, e esse é um dado perigoso.”

Variações

Inspirado numa grande pesquisa nacional realizada na Colômbia, em 2009, que investigou aspectos relacionados aos hábitos, atitudes, percepções e práticas individuais, sociais e institucionais no que diz respeito à violência de gênero, o SIPS também buscou outras opiniões relacionadas à questão da discriminação e do sexismo.

Em um sentido mais geral, 50% dos respondentes concordaram total ou parcialmente com a afirmação “casais de pessoas do mesmo sexo devem ter os mesmos direitos dos outros casais”. Entretanto, diante de uma formulação mais incisiva, de que “o casamento de homem com homem ou de mulher com mulher deve ser proibido”, mais da metade, 52%, concordaram com a proibição.

Quando a situação é ainda mais concreta, de explicitação de uma relação homossexual em público, a oposição cresce: mais de 59% concordam total ou parcialmente que “incomoda ver dois homens, ou duas mulheres, se beijando na boca em público”.

Contribuições

Estiveram presentes ao debate a secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, a técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea Natália Fontoura, e Nina Madsen, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFMEA), que fez a apresentação Entraves Institucionais ao Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: construindo diagnósticos.

Aparecida Gonçalves explicou que mesmo com a Lei Maria da Penha o número de mulheres assassinadas com boletim de ocorrência registrado ainda é alto, e por isso “todas as políticas públicas existentes devem ser preparadas para atender as mulheres”. Segundo ela, “temos apenas 521 delegacias especializadas para atender mulheres no Brasil, o que é pouco”.

Lourdes Bandeira, secretária-executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres, fez os comentários finais. Ela disse que a violência doméstica é um tema delicado e que deve ser tratado com afinco. “Tratar a violência doméstica é tratar o espaço, porque ele revela as relações de intimidade e privacidade. Isso tanto para a violência física quanto sexual”, concluiu.

[Leia o texto \(SIPS\): Tolerância social à violência contra as mulheres \(versão com ajustes de 04/04/2014\)](#)

[Leia o texto \(Nota Técnica\): Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde \(versão preliminar\)](#)

Relatório da CPMI da Violência contra a Mulher

(Agência Patrícia Galvão) No último dia 27 de agosto, em sessão solene, o Congresso Nacional entregou à presidenta Dilma Rousseff o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher. Presidido pela deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) e relatada pela senadora Ana Rita (PT/ES), o colegiado trabalhou por quase um ano e meio e produziu um relatório com mais de mil páginas, que relatam as 37 reuniões e 24 audiências públicas e visitas realizadas pela Comissão em 18 Estados, além de [propostas de alteração na legislação que trata da violência contra as mulheres](#). Entre as mudanças sugeridas pela CPMI, [o Senado aprovou no dia 29 de agosto quatro proposições](#), incluindo a que tipifica a agressão a mulheres como tortura.

A Agência Senado produziu uma edição especial do ‘Jornal do Senado’ sobre o tema, intitulada [O inferno das mulheres](#).

A [Rádio Câmara](#) também produziu um especial, subdividido em programetes ao longo de uma semana.

Leia [aqui](#) a íntegra do relatório da CPMI.

Para buscar reverter o cenário descrito no relatório da CPMI, numa parceria entre os poderes Executivo e Judiciário, foi criada a [Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#) - que tem por objetivo efetivar a implementação da Lei nº 11.340/2006 e dar celeridade aos julgamentos dos casos de agressões a mulheres. A campanha é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Ministério da Justiça (MJ), do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ), Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

08/08/2013 - Pesquisa pode contribuir para mudar agenda estratégica sobre violência doméstica



(Géssica Brandino/Agência Patrícia Galvão) Lançada à imprensa nesta segunda-feira, a Pesquisa “Percepções sobre a violência e assassinatos de mulheres”, realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão, com apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres e [Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#), poderá mudar a agenda sobre violência doméstica nos movimentos de mulheres. A constatação foi feita por ativistas e pesquisadoras feministas que participaram da apresentação e debate do estudo na sede do Instituto Patrícia Galvão, em São Paulo, nesta

quinta-feira (08/08).

Durante o encontro, as participantes destacaram a importância dos dados do estudo, que refletem as experiências com as quais se deparam no cotidiano do atendimento às mulheres em situação de violência, além de reforçarem informações de pesquisas acadêmicas sobre violência contra a mulher no país.

Lançada na semana em que a Lei Maria da Penha completou sete anos, a pesquisa de opinião inédita revelou significativa preocupação da sociedade com a violência doméstica e os assassinatos de mulheres pelos parceiros ou ex-parceiros no Brasil. [Leia mais: Para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil](#)

Segundo a diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, a expectativa é que o estudo contribua com o reposicionamento da agenda feminista em torno da violência doméstica, seja na demanda por políticas públicas ou para o diálogo com a população, o que deverá ser discutido em novas reuniões com o grupo.

Estiveram presentes as conselheiras do Instituto, Fátima Jordão, Albertina de Oliveira Costa e Maria Amélia de Almeida Teles, a pesquisadora Ana Flávia d’Oliveira (Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP), a consultora Fernanda Matsuda (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais-IBCCRIM), e representantes da União de Mulheres, COMULHER, União de Massachusetts, Coletivo Olga Benário e do Núcleo de Pesquisa em

Gênero e Masculinidades da Universidade Federal de Pernambuco (GEMA-UFPE).

Crédito da imagem: Gêssica Brandino

Leia também: [Repercussão da pesquisa “Percepções sobre a violência e assassinatos de mulheres”](#)

[Pesquisa inédita revela forte preocupação da sociedade com a violência doméstica e os assassinatos de mulheres por parceiros ou ex](#)

A pesquisa **Percepção da sociedade sobre a violência e assassinatos de mulheres** revelou que, para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil. A pesquisa de opinião inédita, realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão em maio de 2013, revelou significativa preocupação da sociedade com a violência doméstica e os assassinatos de mulheres pelos parceiros ou ex-parceiros no Brasil.

A pesquisa contou com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha.

[Conheça os dados completos.](#)

[Pesquisa Percepção da sociedade sobre violência e assassinato de mulheres \(2013\)](#)

(Portal Compromisso e Atitude, 05/08/2013) Pesquisa inédita revela forte preocupação da sociedade com a violência doméstica e os assassinatos de mulheres por parceiros ou ex.

No mês em que a Lei Maria da Penha completa sete anos de vigência, uma pesquisa de opinião inédita, realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão, revelou significativa preocupação da sociedade com a violência doméstica e os assassinatos de mulheres pelos parceiros ou ex-parceiros no Brasil.

Além de 7 em cada 10 entrevistados considerar que as brasileiras sofrem mais violência dentro

de casa do que em espaços públicos, metade avalia ainda que as mulheres se sentem de fato mais inseguras dentro da própria casa.

Os dados revelam que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: entre os entrevistados, de ambos os sexos e todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira. E 69% afirmaram acreditar que a violência contra a mulher não ocorre apenas em famílias pobres.

98% conhecem a Lei Maria da Penha

Além de mapear a preocupação da sociedade, a pesquisa levantou ainda a percepção sobre o que mudou com a lei de enfrentamento à violência doméstica e as avaliações sobre as respostas do Estado frente ao problema.

O estudo mostra que apenas 2% da população nunca ouviu falar da Lei Maria da Penha e que, para 86% dos entrevistados, as mulheres passaram a denunciar mais os casos de violência doméstica após a Lei.

Rompimento é apontado como momento de maior risco

Apesar de a legislação ser massivamente conhecida, as respostas apresentadas pelo Estado ainda dividem opiniões. Embora 57% acreditem que a punição dos assassinos das parceiras é maior hoje do que no passado, metade da população considera que a forma como a Justiça pune não reduz a violência contra a mulher.

O medo da denúncia também se mostrou bastante presente: 85% dos entrevistados acham que as mulheres que denunciam seus parceiros correm mais riscos de serem assassinadas.

O silêncio, porém, também não é apontado como um caminho seguro: para 92%, quando as agressões contra a esposa/companheira ocorrem com frequência, podem terminar em assassinato.

O fim do relacionamento é visto como momento de maior risco à vida da mulher. Em consonância, vergonha e medo de ser assassinada são percebidas como as principais razões para a mulher não se separar do agressor.

Sobre a pesquisa

Para a Pesquisa Percepção da sociedade sobre violência e assassinato de mulheres, lançada em agosto, foram realizadas 1.501 entrevistas com homens e mulheres maiores de 18 anos, em 100 municípios de todas as regiões do país, entre os dias 10 e 18 de maio deste ano.

Realizado pelo Data Popular e o Instituto Patrícia Galvão, esse estudo inédito contou com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - uma parceria entre os poderes Executivo e Judiciário para efetivar a implementação da Lei nº 11.340/2006 e dar celeridade aos julgamentos dos casos de assassinatos de mulheres.

>> Acesse a pesquisa na íntegra: [Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres](#)

>> FONTES DE INFORMAÇÃO:

Aparecida Gonçalves - Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM/PR (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República). Ascom SPM/PR: (61) 3411.4228 / (61) 9659.7975.

Email: aparecidagoncalves@spmulheres.gov.br

Álvaro Kalix Ferro - juiz representante do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e presidente do Fonavid (Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher). Ascom CNJ (61) 2326.5465 / 2326.5466.

Email: alvaro.kalix@cnj.jus.br

Fátima Pacheco Jordão - socióloga e especialista em pesquisa de opinião

Instituto Patrícia Galvão. Tels.: (11) 3824.0695 (res.) / 96063.5445.

Email: fpjordao@uol.com.br

Leila Linhares Barsted - advogada da ONG Cepia (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação). Cepia.: (21) 2205.2136.

Email: barsted@cepia.org.br

Renato Meirelles - diretor do Instituto Data Popular. Ascom Data Popular.: (11) 3218.2231 / Cel: (11) 9723.6471.

Email: datapopular@datapopular.com.br

>> [SUGESTÃO DE FONTES: Confira as análises de especialistas sobre a pesquisa](#)

Acesse no site de origem: [Para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil \(Portal Compromisso e Atitude - 05/08/2013\)](#)

[Dossiê Mulher 2013 - Rio de Janeiro](#)

Segundo dados da oitava edição do “Dossiê Mulher”, elaborado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), foi possível constatar que as mulheres fluminenses ainda são as maiores vítimas dos crimes de estupro (82,8%), tentativa de estupro (94,9%), calúnia, injúria e difamação (72,4%), ameaça (66,7%), lesão corporal dolosa (65,3%) e constrangimento ilegal (56,6%). E grande parte desses delitos ocorreu no espaço doméstico e no ambiente familiar. A análise desses crimes mostra que na área metropolitana do Estado, o município do Rio de Janeiro se destaca em todos os delitos analisados, o que se deve em grande parte por sua alta população (aproximadamente 39,0% da população total do Estado). Entre os demais municípios, Nova Iguaçu é o que tem o segundo maior número de mulheres vítimas de estupro e de tentativa de estupro.

Acesse o PDF: [Dossiê Mulher 2013](#)

[Acesse a série histórica](#)